

CRISE NA SAÚDE

Santa Casa cita atrasos e suspende UTIs da regulação municipal

A Santa Casa anunciou que vai suspender, a partir das 0h desta terça-feira (25) o atendimento aos pacientes regulados via Sistema Único de Saúde (SUS) pelo município de Anápolis nas Unidades de Terapias Intensivas (UTIs). A unidade alega que a Prefeitura não efetua,

desde dezembro, o repasse do complemento para a manutenção do serviço.

São 36 UTIs, das quais 16 são adulto, 10 pediátricas e outras 10 neonatais. O financiamento é feito pelo sistema tripartite, com repasses do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde de

Goiás e Secretaria Municipal de Saúde. Contudo, conforme a Fundação de Assistência Social de Anápolis (Fasa), o município não tem feito sua parte. “Desde dezembro do ano passado não recebemos esse recurso”, afirmou o diácono Júlio César Silva.

Página 3

Desligados da UPA, profissionais cobram acerto trabalhista e preveem atendimento pior



Enfermeiros e técnicos de enfermagem demitidos da UPA Alair Mafra de Andrade, na Vila Esperança, durante a troca de gestão da unidade, foram nesta segunda-feira (24) à Câmara Municipal cobrar direitos trabalhistas. Eles temem ficar no prejuízo pelo imbróglio que se deu a partir da saída da Organização Social (OS) INDSH e chegada de outra OS, a Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ).

A enfermeira Fernanda Uchoa, uma das porta-vozes do grupo, alegou que ninguém, seja da Prefeitura de Anápolis ou da INDSH, procurou os profissionais que foram cortados pela nova administradora. “Estamos aqui não para buscar reconstrução, mas nosso acerto trabalhista. Cadê? Nem a antiga OS entrou em contato, ninguém da Prefeitura nos procurou.”

Página 4

Empréstimo Consignado CLT atrai anapolinos em meio a alta procura

O novo crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada, batizado de Crédito do Trabalhador, entrou em vigor na última sexta-feira (21) e já se tornou um sucesso entre os brasileiros. Desde a liberação da modalidade, mais de 5,6 milhões de trabalhadores solicitaram propostas de empréstimo. **Página 15**

Tricolores compram 40% de ingressos visitantes em apenas um dia

A torcida do Anápolis já comprou quase 40% da carga de ingressos para os visitantes na decisão do Campeonato Goiano, marcada para o próximo domingo (30), no estádio Serra Dourada, contra o Vila Nova. Segundo o clube colorado, os tricolores já levaram 1.470 bilhetes, de um total de 3,8 mil. **Página 13**

● Policlínica completaria rede de saúde local, diz deputado **Pg. 3**

● Prefeitura receberá repasse milionário para o social **Pg. 14**



dmanapolis

Entre em contato com a redação
(62) 3706-9010 redacao@dmanapolis.com.br
Envie seu artigo: dmanapolis.artigo@gmail.com

WWW.DMANAPOLIS.COM.BR

ECONOMIA

Caiado destaca potencial de Goiás na geração de empregos a membros da Assembleia do Fonset

Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho acontece ainda hoje em Goiânia e debate soluções para o mercado de trabalho

LUCAS DIENER



Caiado ressaltou cenário positivo do emprego em Goiás para membros do Fonset, que participam de Assembleia em Goiânia

REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado destacou, nesta segunda-feira (24/3), o papel fundamental do Estado na geração de empregos para impulsionar a economia goiana e combater a pobreza. O pronunciamento ocorreu durante encontro com os participantes da 143ª Assembleia Geral Ordinária do Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho (Fonset), realizado no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia.

Caiado ressaltou que Goiás se tornou referência nacional na redução da pobreza devido a ações coordenadas de sua gestão. “Se hoje nosso Estado é elogiado pelo combate à extrema pobreza, isso se deve ao esforço conjunto para utilizar todas as ferramentas de governo com um objetivo claro: garantir oportunidades de emprego para a população”, afirmou.

O governador também defendeu a qualificação profissional e o fortalecimento das políticas públicas de trabalho. “Celebramos a emancipação das pessoas por meio do emprego de qualidade e da capacitação profissional. Como gover-

no, temos que estar lado a lado com o setor empresarial, que é quem gera postos de trabalho e movimentação nossa economia”, destacou.

Por fim, Caiado enfatizou que a criação de oportunidades é essencial para o desenvolvimento do país. “Se queremos um Brasil com renda per capita elevada, dignidade e um Índice de Desenvolvimento Humano real, precisamos investir na geração de empregos”, frisou.

CENÁRIO

Goiás tem hoje a menor taxa de desocupação em 11 anos, de 4,8%, muito abaixo da média nacional, de 6,2%. O estado apresenta também uma redução histórica na informalidade, de 4,8%, comparando o quarto trimestre de 2024 ao mesmo período do ano anterior, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Goiás também vive a maior inclusão produtiva de sua história, com a menor taxa de extrema pobreza do país, de 0,8%, enquanto no Brasil essa taxa alcança 4,4%. Já a extrema pobreza, em Goiás, atinge 0,8% da população, enquanto no país esse índice está em 4,5%.

painelDM

EVASÃO

Apenas 21% dos celulares que estavam com servidores foram devolvidos até agora

A três dias do fim do prazo estabelecido para devolução dos aparelhos celulares que estavam à disposição de servidores da administração municipal até o dia 31 de dezembro de 2024, apenas 21% deles foi devolvido à Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Modernização.

Havia, nas contas da pasta, 180 celulares corporativos cedidos no âmbito da Prefeitura. Até esta segunda-feira (24), o levantamento aponta que ape-



nas 38 foram devolvidos. O prazo vai até a próxima sexta-feira (28), às 16h. Quem

não entregar, pode sofrer penalidades administrativas ou até criminais.

Emenda

O deputado federal Ismael Alexandrino (PSD) esteve ontem com o prefeito Márcio Corrêa (PL) e anunciou uma emenda de R\$ 4,2 milhões – já empenhada – para a execução de serviços de recuperação de vias rurais do município. Também se comprometeu a destinar mais recursos para a saúde, mas não especificou para quê, tampouco valores.

Conselheiro

Segundo Alexandrino, Corrêa pediu-lhe que atue próximo à secretária municipal de Saúde, Eliane dos Santos, para auxiliá-la e aconselhá-la na condução da política de saúde da cidade, além de ajudar em articulações junto ao governo federal. O deputado foi secretário estadual de Saúde durante a pandemia de Covid-19.

Repercussão

Nos corredores da Câmara, é forte a reprovação ao roteiro armado pelo prefeito para substituir a OS que administra a UPA da Vila Esperança. Embora seja unanimidade a necessidade de tirar a INDSH, o aparato policial e todos os elementos de cinema geraram a frase “superou o Ernani”, em referência ao ex-prefeito Ernani de Paula.

Vem para federal?

A vereadora Andreia Rezende (Avante), presidente da Câmara Municipal, desconversou sobre a provável candidatura a deputada federal no ano que vem. Ela tem acordo com o presidente da Assembleia, Bruno Peixoto, para sair candidata pelo Avante em 2026. Rezende diz que, por ora, só pensa em seu mandato.

Além de Kim Abrahão, Júlio Cunha é nome do PSD anapolino para disputa pela Alego

O secretário de Indústria, Comércio, Turismo e Modernização, Karin Abrahão, terá ao seu lado, na chapa para deputado estadual em 2026, o empresário Júlio Cunha. O PSD anapolino terá dois nomes entre os que disputarão a Assembleia Legislativa de Goiás.

A coluna já havia adiantado que Kim seria um dos nomes, o que foi confirmado por Ismael Alexandrino. O deputado ainda anunciou o segundo nome. Cunha é conhecido por sua bandeira de defesa ao armamento civil.



DM Anápolis
O seu jornal diário

Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito
Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R\$ 2,50 Domingo R\$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR-CHEFE
Rafael Tomazeti

REPORTAGEM
Emily Viana
Lara Duarte
Janayna Carvalho
Carlos Antônio
Lucivan Machado

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecilio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis – GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010

www.dmanapolis.com.br

CRISE NA SAÚDE

Santa Casa cita atrasos e deixa de ceder UTI para regulação municipal

Unidade alega que Prefeitura não tem feito repasse de complemento e, por isso, suspenderá atendimento. Município contesta

RAFAEL TOMAZETI E LUCIVAN MACHADO

A Santa Casa anunciou que vai suspender, a partir das 0h desta terça-feira (25) o atendimento aos pacientes regulados via Sistema Único de Saúde (SUS) pelo município de Anápolis nas Unidades de Terapias Intensivas (UTIs). A unidade alega que a Prefeitura não efetua, desde dezembro, o repasse do complemento para a manutenção do serviço.

São 36 UTIs, das quais 16 são adulto, 10 pediátricas e outras 10 neonatais. O financiamento é feito pelo sistema tripartite, com repasses do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde de Goiás e Secretaria Municipal de Saúde. Contudo, conforme a Fundação de Assistência Social de Anápolis (Fasa), o município não tem feito sua parte.

"A União está mantendo seu repasse, o Estado também. Com o governo municipal fizemos uma parceria ano passado com recursos de R\$ 648 mil (por) mês e complementava a parte municipal desses leitos de UTI. Desde dezembro do ano passado não recebemos esse recurso", afirmou o diácono Júlio César Silva, responsável pelas Relações

Institucionais da Fasa.

Ele ponderou e reconheceu um momento de dificuldade financeira da administração de Márcio Corrêa (PL), mas informou que a medida de suspensão será tomada. "Sabemos da situação do Fundo Municipal de Saúde, das dificuldades que a nova administração tem enfrentado em relação ao município, mas já era um orçamento previsto. Quatro meses sem receber, estamos entrando em colapso e não conseguiremos seguir com este atendimento a partir de 0h. Não poderemos mais receber paciente da regulação municipal devido à falta desse complemento", disse.

O porta-voz da Fasa alega que conversou com a administração, ouviu reclamações e expôs as próprias, sobretudo no que diz respeito a fornecedores e pessoal. "Os médicos precisam receber. Nossa equipe multiprofissional precisa do pagamento. Os fornecedores precisam receber. Eles também chegaram ao limite", asseverou.

O diácono ressaltou que os pacientes regulados pelo Estado para as UTIs da Santa Casa receberão atendimento normalmente, "porque o plano de fortalecimento está em dia."

Ele explicou que os pacien-

tes regulados pelo município que estão internados na UTI farão normalmente o tratamento. Apenas novos pacientes não serão atendidos. "Ainda tenho insumos para manter os pacientes que estão lá. Quero manter qualidade do atendimento a esses que estão lá", frisou.

O Ministério da Saúde, conforme a Fasa, paga R\$ 600 pelo valor da diária da UTI. O Estado faz um complemento para chegar a R\$ 1 mil, e a Prefeitura outro para elevar o valor a cerca de R\$ 1,6 mil.

Os meses sem repasses são de dezembro, ainda na gestão de Roberto Naves (Republicanos), janeiro, fevereiro e março, já na atual administração. "Nos disseram que iriam atrás de recursos, precisariam esperar impostos entrarem, atrás do Estado, atrás de suporte. O caminho que eles vão fazer não cabe a nós. Cabe a nós dizer que o recurso estava no orçamento e, ao deixar de ser pago, nossos prestadores e fornecedores deixaram de ser pagos e não podemos continuar desta forma", complementou o porta-voz.

PREFEITURA NEGA

Em nota enviada à reportagem do DM Anápolis, a Prefeitura afirmou que todos



A unidade alega que a Prefeitura não efetua, desde dezembro, o repasse do complemento para a manutenção do serviço.

os pagamentos por serviços prestados foram feitos e há uma única pendência, de uma parcela de R\$ 648 mil relativa a dezembro, que será paga nesta terça-feira (25), numa data que já teria sido acordada com a direção da unidade.

A administração destacou ainda que houve três encontros entre representantes da Fasa e da gestão. Destacou ainda que havia um "acordo para transferir valores acima do custo de tabela (do SUS) firmado pela antiga gestão do município" que é reavaliado pelos técnicos da pasta.

LEIA A NOTA NA ÍNTEGRA

A Secretaria Municipal de

Saúde afirma que a nova administração da Prefeitura de Anápolis já se reuniu com a Santa Casa por três vezes e realizou todos os repasses pelo serviço prestado, ficando pendente apenas a parcela mensal de R\$ 648 mil, que é um complemento que ultrapassa o valor que o SUS paga pelo serviço. Apesar disso, a Secretaria de Saúde já havia informado para a Santa Casa na semana passada que a parcela de dezembro será paga nesta terça-feira. Esse acordo para transferir valores acima do custo da tabela foi firmado pela antiga gestão do município e está sendo reavaliado pelos técnicos da pasta.

Deputado defende implantação de policlínica por rede completa na saúde

Ismael Alexandrino aponta que estrutura é importante para fortalecer atenção secundária, hoje carência do município

RAFAEL TOMAZETI E CARLOS ANTÔNIO

O deputado federal Ismael Alexandrino (PSD) defendeu nesta segunda-feira (24), em entrevista ao DM Anápolis, que o município implante uma policlínica para fortalecer a atenção secundária. Na leitura do parlamentar, a cidade hoje tem uma estrutura forte na atenção básica e hospitalar, mas peca na oferta de especialidades médicas.

"A cidade precisa de uma policlínica para ter várias especialidades médicas e não médicas e também área de apoio

diagnóstico - exames laboratoriais, de imagem, tomografia, ecografia, ecocardiograma, teste ergométrico de esforço, enfim todo aparato de diagnóstico para as especialidades", disse, ao responder uma pergunta sobre a avaliação da estrutura de saúde do município.

Alexandrino explicou que as Unidades Básicas de Saúde cumprem a atenção primária, enquanto os Hospitais Municipais Alfredo Abrahão, para cirurgias eletivas, e Georges Hajjar, para internação, oferecem atendimento terciário. "Ou seja, você não percebe unidades de

atenção secundária em Anápolis", citou.

Para ele, a construção de uma policlínica sanaria este problema e entregaria uma saúde completamente estruturada aos cidadãos. "Aí sim fica uma saúde estruturada com atenção primária, secundária e terciária", avaliou.

O plano de governo do prefeito Márcio Corrêa (PL) prevê a construção não de uma, mas de três policlínicas "para agilizar o diagnóstico tratamento dos pacientes, com exames laboratoriais e de imagem e atendimento ambulatorial em especialidades, aproveitando a ex-

pertise dos servidores do município." Até o momento, porém, a administração não divulgou nenhum movimento no sentido de erguer estas unidades.

Um dos caminhos, ressaltou o deputado, é o governo federal. No ano passado, a cidade foi selecionada para receber uma policlínica dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ela é definida pelo Ministério da Saúde como unidade especializada de apoio diagnóstico, com serviços de consultas clínicas com médicos de especialidades diferentes, definidas com base no perfil epide-

miológico da população da região, realização de exames gráficos e de imagem com fins diagnósticos e oferta de pequenos procedimentos.

Para Alexandrino, é difícil viabilizar a construção de uma estrutura desta em apenas um ano, mas é possível já avançar. "Eu acredito que a partir do momento que há também interesse do governo federal de aportar recurso para atenção secundária, acho que para começar, em um ano não dá para instalar por completo, mas para começar dá sim. No primeiro mandato consegue entregar sim", avaliou.

REIVINDICAÇÃO

Profissionais demitidos da UPA cobram direitos e revelam temor

Eles disseram que promessa do prefeito não se cumpriu e temem ficar sem receber

RAFAEL TOMAZETI E LUCIVAN MACHADO

Enfermeiros e técnicos de enfermagem demitidos da UPA Alair Mafra de Andrade, na Vila Esperança, durante a troca de gestão da unidade, foram nesta segunda-feira (24) à Câmara Municipal cobrar direitos trabalhistas. Eles temem ficar no prejuízo pelo imbróglio que se deu a partir da saída da Organização Social (OS) INDSH e chegada de outra OS, a Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ).

A enfermeira Fernanda Uchoa, uma das porta-vozes do grupo, alegou que ninguém, seja da Prefeitura de Anápolis ou da INDSH, procurou os profissionais que foram cortados pela nova administradora.

“Estamos aqui não para buscar recontração, mas nosso acerto trabalhista. Nem a antiga OS. E ele (prefeito Márcio Corrêa) se responsabilizou que pagaria nosso acerto trabalhista. Cadê? Nem a antiga OS entrou em contato, ninguém da Prefeitura nos procurou. Onde vamos ser atendidos? Onde vamos receber nosso acerto? Não temos nada. E temos que pagar nossas contas”, afirmou.



Segundo a enfermeira, a promessa dada pelo prefeito era de que os profissionais que atuavam no local seriam mantidos por, pelo menos, 30 dias

Segundo a enfermeira, a promessa dada pelo prefeito - após a ação com roteiro cinematográfico na última quinta-feira (20) - era de que os profissionais que atuavam no local seriam mantidos por, pelo menos, 30 dias, até que a nova OS se estabilizasse. Porém, isso não se concretizou. “Teve gente que foi dispensado no ato e outros que não foram recontraçados. Disseram que não teria ninguém relacionado à antiga OS na UPA Alair Mafra”, contou.

Uchoa destacou, porém, que os cargos de chefia, apesar desta postura,

seguem ocupados pelas mesmas pessoas. “Coordenadores, supervisores permanecem e mandam e desmandam da mesma forma, colocando quem querem e tirando quem não querem”.

A técnica de enfermagem Dulcilene Diniz disse que houve redução expressiva de profissionais, sobretudo nas salas verde, amarela e vermelha. Ainda disse que foi feita uma “maquiagem” para esconder, nas salas, os pacientes que antes ficavam nos corredores. “Agora estão todos numa sala lotada, sem nenhum espaço”, citou.

Diniz lamentou a atitude

do prefeito, sobretudo pela cena na UPA, com um forte aparato policial, que segundo ela fez os funcionários sentirem-se intimidados. A profissional ainda cobrou o vereador José Fernandes (MDB), voz que era ativa no tema saúde.

“Ele (prefeito) prometeu que não seríamos prejudicados, mas já fomos. Cobramos dos vereadores porque foram eleitos para nos representar. Principalmente do vereador José Fernandes, que é o peito de ferro do prefeito e era uma pessoa na qual reclamávamos e cobrávamos. Mas pedíamos eram

condições melhores de trabalho. A UPA está sobrecarregada. Todo mundo sabe. É a única porta aberta na cidade”, disse.

CARÊNCIA DE PROFIS- SIONAIS

O grupo afirmou que a OS HMTJ, nova gestora da UPA, reduziu 80% do quadro funcional, o que prejudica o atendimento. “Nessa nova OS não tem quadro de maqueiros, copeiros. Pessoal do laboratório foi dispensado. Farmácia foi reduzida a uma auxiliar de farmácia e um farmacêutica”, disse Uchoa.

A enfermeira ainda previu dias difíceis para o atendimento no local se não houver ampliação do efetivo. “Acho que vai ficar pior daqui uns dias. O quadro de funcionários foi reduzido. O que eles falam para a gente é que, diante do contrato que foi reivindicado pela Prefeitura, a quantidade de funcionários era excessiva, então eles farão esse corte, pois se não fizerem não poderiam pagar salários.”

A reportagem do DM Anápolis procurou a assessoria de imprensa da OS HMTJ, mas não obteve resposta até o fechamento da edição. O espaço segue aberto para manifestação.

Cavalos resgatados de abatedouro ilegal em Anápolis passam por avaliação sanitária

Quatro dos 40 equinos resgatados testaram positivo para Anemia Infecciosa Equina e foram sacrificados para evitar a propagação da doença

LARA DUARTE

Há pouco mais de duas semanas, a descoberta de um abatedouro ilegal, onde 40 cavalos viviam em condições precárias fez o pânico tomar conta da cidade de Anápolis. O local, que apresentava um cenário alarmante de poças de sangue e carcaças, levantou suspeitas de que a carne dos animais abatidos estava sendo utilizada na produção de hambúrgueres.

Após o resgate, os cavalos foram levados para uma chácara da Prefeitura de Anápolis antes de serem encaminhados a uma ONG. Fiscais da Agrodefesa realizaram a coleta de amostras de sangue para verificar a saú-

de dos equinos e assegurar que estivessem livres de doenças de notificação obrigatória, como a Anemia Infecciosa Equina (AIE).

Os resultados dos exames revelaram que quatro dos equinos testaram positivo para a AIE, uma doença grave que não possui tratamento. Como resultado, os animais infectados foram sacrificados, em conformidade com a legislação sanitária brasileira, para evitar a propagação da enfermidade. “Não tem tratamento, não tem cura e, o mais grave, é que, se um mosquito picar um animal infectado, pode transmitir a doença para outros. Não havia escolha”, lamentou a vereadora Seliane da SOS (MDB) em en-



Os resultados dos exames revelaram que quatro dos equinos testaram positivo para a AIE e foram sacrificados

trevista à Rádio São Francisco.

Os cavalos que permanecerem saudáveis estão atualmente em quarentena, isolados em um curral, enquanto a Agrodefesa realiza novos exames ao

longo da semana. “Todos os animais precisam passar pelo processo de testagem, porque só podem transitar se houver a comprovação de que nenhum deles testou positivo para a

AIE”, destacou Rafael Vieira, diretor da Agrodefesa.

O cantor Zezé Di Camargo manifestou interesse em adotar cinco dos animais, embora a transferência ainda dependa dos resultados dos exames. “Já avisei a Graci [Lacerda, esposa do cantor] sobre os animais deles, que não estão contaminados. Eles estão em quarentena, e ele entendeu”, explicou a vereadora Seliane, que tem gerido o contato com o casal.

Além de Zezé, outros cidadãos também demonstraram interesse em acolher os cavalos resgatados. O futuro dos equinos dependerá da evolução de sua saúde e da conclusão dos processos de triagem e adoção.

As demonstrações financeiras completas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, emitido pela ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda., encontram-se disponíveis na sede da companhia.

Conselho de Educação edita diretrizes sobre celular em sala de aula

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou ontem (24) resolução com as diretrizes operacionais nacionais sobre o uso de celulares e outros dispositivos digitais em salas de aula

AGÊNCIA BRASIL

O Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou ontem (24) resolução com as diretrizes operacionais nacionais sobre o uso de celulares e outros dispositivos digitais em salas de aula.

A medida orienta que escolas e redes de ensino devem organizar capacitações e iniciativas para um ambiente acolhedor e preventivo, identificando sinais de sofrimento emocional e busque promover a saúde mental dos estudantes.

Está autorizado o uso desses aparelhos por parte dos estudantes do ensino fundamental e médio para fins pedagógicos, sempre com mediação dos profissionais de educação. Mas é vedado o uso para outros fins, inclusive nos intervalos e fora das



GUSTAVO MORENO/STF

Cada escola poderá estabelecer os critérios de permissão sobre o porte dos aparelhos

salas de aula. A decisão prevê exceções para estudantes que necessitem de recursos de acessibilidade.

A recomendação é para que sejam respeitadas as competências e habilidades dos estudantes, com progressão gradual de acordo com o desenvolvimento da autonomia.

Cada escola poderá esta-

belecer os critérios de permissão sobre o porte dos aparelhos, assim como a forma pela qual eles serão guardados durante o período de aulas.

USO DE TELAS

No caso da educação infantil, o uso de telas e dispositivos digitais não é recomendado, sendo visto como

algo razoável apenas em caráter excepcional, com mediação de um professor.

Neste mês, o governo federal lançou a publicação Crianças, Adolescentes e Telas: Guia sobre Uso de Dispositivos Digitais, com o objetivo de construir um ambiente digital mais seguro, equilibrado e saudável.

Segundo o CNE, órgão

de participação social do Ministério da Educação (MEC), a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 inclui ações da Estratégia Nacional Escolas Conectadas (Enec) para “garantir a educação e a cidadania digital nas escolas, promovendo o uso intencional e estratégico da tecnologia para potencializar o ensino e a aprendizagem”. E tem como eixo central a proteção da saúde mental, física e psíquica de crianças e adolescentes.

OUTRAS ORIENTAÇÕES

A resolução do CNE orienta que escolas e redes de ensino devem organizar capacitações e iniciativas para um ambiente acolhedor e preventivo, identificando sinais de sofrimento emocional e buscando promover a saúde mental dos estudantes.

Existe também a preocupação com a formação continuada dos professores, funcionários e profissionais da educação voltados para a implementação digital e o uso pedagógico dos aparelhos.

Trump anuncia tarifa contra países que comprarem petróleo da Venezuela

O anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, foi publicado em uma rede social nesta segunda-feira

AGÊNCIA BRASIL

Os países que comprarem petróleo ou gás da Venezuela devem ser taxados em 25% em cima de qualquer produto que venha a comercializar com os Estados Unidos (EUA). O anúncio do presidente dos EUA, Donald Trump, foi publicado em uma rede social nesta segunda-feira (24). Segundo o comunicado, a tarifa começará a valer a partir do próximo dia 2 de abril.

“[A tarifa será implementada] por inúmeras razões, incluindo o fato de a Venezuela ter enviado propositalmente e enganosamente aos Estados Unidos, disfarçados, dezenas de milhares de criminosos de alto escalão e outros, muitos dos quais são assassinos e pessoas de natureza muito violenta”, afirmou Trump.

O governo dos EUA acusa a Venezuela de enviar para o país membros da facção cri-

minosa Tren de Aragua, considerada uma organização terrorista por Washington. Pouco mais de uma semana atrás, o governo Trump deportou 238 imigrantes venezuelanos para El Salvador acusados de integrarem essa organização.

As famílias e advogados dos deportados para o país centro-americano questionam a versão oficial da Casa Branca e afirmam que os imigrantes estão sendo acusados injustamente com objetivo de permitir sua deportação sumária.

Ainda de acordo com o presidente dos Estados Unidos, a taxa de 25% sobre os países que comprarem petróleo ou gás da Venezuela será adotada porque “a Venezuela tem sido muito hostil aos Estados Unidos e às liberdades que defendemos”. Os atritos entre Washington e Caracas vem desde o governo do ex-presidente Hugo Chávez (1999-2013).

VENEZUELA

Até a publicação desta reportagem, o governo da Venezuela não havia se manifestado sobre o anúncio de

Donald Trump.

A Venezuela já sofre com uma série de Medidas Coercitivas Unilaterais (MCU), chamadas também de sanções econômicas, aplicadas pelos EUA. A maior parte dessas medidas foi implementada ainda no primeiro mandato de Trump, entre 2017 e 2019.

No final de fevereiro, Trump anunciou o cancelamento de uma autorização para petroleira estadunidense Chevron atuar na Venezuela. Porém, o departamento responsável pelas sanções dos EUA prorrogou nesta segunda-feira (24) uma licença para Chevron atuar no país até o dia 27 de maio. Tal licença perderia a validade no início de abril.

Com o início da guerra na Ucrânia, o governo anterior de Joe Biden havia flexibilizado algumas sanções contra o país sul-americano, permitindo o retorno das exportações de petróleo cru para os EUA.

POLÊMICA

O especialista venezuelano Francisco Rodríguez, professor da Universidade de



Segundo o comunicado, a tarifa começará a valer a partir do próximo dia 2 de abril

Denver, nos Estados Unidos, avalia que a decisão anunciada hoje é de difícil aplicação e que, por enquanto, os EUA continuam comprando óleo venezuelano, apesar do anúncio para suspender as atividades da Chevron.

“Se Repsol (empresa espanhola privada) compra petróleo venezuelano, os EUA poderão impor uma tarifa de 25% sobre todas as exportações espanholas? Isso sugere Trump. Mas a Repsol não é a Espanha e o governo espanhol não controla suas decisões comerciais”, ponderou o pesquisador dos efeitos das sanções

contra a Venezuela.

Para Rodríguez, a medida de taxar em 25% os países que comprarem o óleo venezuelano pode ter o efeito de privilegiar as exportações da Venezuela para os EUA caso as licenças da Chevron sigam sendo prorrogadas.

“Vale lembrar que muitas dessas licenças são emitidas por períodos curtos e renovadas rotineiramente. O melhor exemplo é a Licença Geral 5, que foi renovada 18 vezes. Não seria surpreendente se um padrão semelhante surgisse com a Chevron”, completou o professor em uma rede social.



Café da manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



Proteção

A respeito da declaração de Sandro Mabel, durante sua ida à Câmara Municipal de Goiânia, sobre um carroceiro lá no Jardim Novo Mundo, que estaria jogando lixo num canteiro e que o prefeito teria dito a ele, que, se aquilo continuasse, pegaria seu cavalo e o levaria para 'um frigorífico', a fala não agradou o vereador Lucas Vergílio, presidente da Comissão de Proteção, Defesa e Direitos dos Animais da Câmara Municipal.

Esclarecimento

Lucas repudiou e disse que a declaração foi infeliz e desrespeitosa com a proteção animal e que a Comissão vai solicitar um esclarecimento da Prefeitura sobre isso.

Não

Até agora encenação no Supremo. A mulher que pixou 'Perdeu, Mané', na estátua símbolo do STF, não vai ficar 14 anos na cadeia. Forças contrárias ao 'direito brasileiro' já preparam a redução da sua pena.

Resultados

A verdade é que o direito brasileiro não só ocorre nos tribunais, mas nas torcidas organizadas, que influenciam os resultados. Isso é ruim para a democracia!

Crimes

Alguns partidários dos 'políticos organizados' abusam na quantidade de fake news espalhados nas redes sociais. Crimes que precisam ser combatidos!

Na estrada

Lula na estrada. Mais uma semana sem cuidar dos graves problemas que afligem a economia brasileira. Mais uma.

Bolão

É fato: já existem apostas de que Jair Bolsonaro vai fugir do Brasil.

Unicef divulga vídeo de goiano influencer do anticapacitismo



No Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado no último dia 21, o perfil oficial do UNICEF no Instagram publicou um vídeo emocionante destacando João Vitor de Paiva, jovem ativista da instituição e influenciador digital. No conteúdo, João compartilha sua rotina, fala sobre o que gosta de fazer e reforça sua missão de auxiliar famílias que precisam de acolhimento, mostrando o impacto de sua atuação na sociedade. O Fundo diz que João Vitor 'faz a diferença'. A publicação do UNICEF ressalta a importância de dar espaço a narrativas como a de João Vitor de Paiva, que evidencia que a Síndrome de Down não define limites, mas sim possibilidades. Seu papel como ativista reforça que cada indivíduo tem direito a oportunidades, respeito e pertencimento. João é hoje um dos principais nomes na luta contra o anticapacitismo.

Agora, no ar, o podcast EmpoderaCast

O Goiânia Shopping lança o 'EmpoderaCast', um podcast que celebra histórias de mulheres inspiradoras e amplifica vozes femininas. A iniciativa integra a campanha 'Empodera ELA 2025', que promove ações de incentivo ao empreendedorismo e ao empoderamento feminino. A primeira temporada conta com quatro episódios, trazendo convidadas que compartilham desafios, conquistas e aprendizados em temas como carreira, fé e superação. Apresentado pela jornalista Juliana Carnevalli, o EmpoderaCast está disponível no YouTube (Goiania-Shopping), Instagram (@goianishop) e TikTok.



- Alunos da Faculdade Assembleiana do Brasil, sob a liderança do professor, pastor e filósofo Giovani visitaram a Fazenda Samambaia, no município de Aurilândia, local onde em 1943, houve um grande avivamento da Assembleia de Deus de Madureira. O Avivamento de Samambaia é dos pilares históricos do pentecostalismo em Goiás.
- É, na guerra para ver quem vende mais, a Shein saiu na frente da famosa Gucci e da, sempre na frente, Nike. Não deu para essas duas últimas. Shein campeã.
- Do outro lado do balcão, o ministro da Economia, Fernando Haddad, dá seu pitaco e diz que a economia pode ser bem melhor este ano. Ele diz que a inflação irá surpreender positivamente este ano.
- Nas redes sociais, só tem haters. Pasmem, só haters!
- 'O meu corpo e o meu coração poderão fraquejar, mas Deus é a força do meu coração e a minha herança para sempre.' - Salmos 73:26



Deputado quer regulamentação da segurança dos rodeios

O deputado Gugu Nader (Avante) promoverá, nesta terça-feira, 25 de março, a partir das 9 horas, uma audiência pública com o objetivo de discutir a regulamentação de segurança dos rodeios no Estado



Audiência visa a estabelecer diretrizes claras para a realização dos eventos em Goiás

REDAÇÃO

O deputado Gugu Nader (Avante) promoverá, nesta terça-feira, 25 de março, a partir das 9 horas, uma audiência pública com o objetivo de discutir a regulamentação de segurança dos rodeios no Estado. A audiência visa estabelecer diretrizes claras para a realização dos eventos, com foco na proteção dos competidores, dos profissionais envolvidos, do público e no bem-estar dos animais.

O evento tem como base a necessidade de criar um marco regulatório que ofereça mais segurança e transparência nas práticas dos rodeios, além de promover uma fiscalização eficaz. A principal proposta em discussão será o "Manual do Rodeio Legal", que consiste em um conjunto de normas e procedimentos, com o intuito de padronizar as

práticas, assegurar a conformidade legal e fortalecer a fiscalização nos eventos de rodeio realizados em Goiás.

"A segurança dos participantes e o bem-estar dos animais são prioridades para todos que lidam com os rodeios. Essa audiência pública será um espaço importante para ouvirmos as diferentes opiniões e chegarmos a um consenso que beneficie todos os envolvidos, garantindo que os rodeios sejam realizados de forma segura e responsável", declarou o deputado Gugu Nader.

O encontro será aberto ao público e contará com a participação de representantes do setor, autoridades e especialistas que debaterão as melhores formas de regulamentar as atividades de rodeio, contribuindo para a implementação de um ambiente mais seguro e ético em todo o Estado de Goiás.

Comissão discute proposta de transferir ambulantes das ruas da Região da 44

REDAÇÃO

Representantes dos ambulantes da Região da 44 se reuniram, nesta segunda-feira (24), com a comissão formada na Câmara para discutir a proposta de transferir os trabalhadores das ruas da região.

A reunião foi conduzida pelo vereador Heyler Leão (PP) e contou com participação dos vereadores Oséias Varão (PL) e Sanches da Federal (PP), além do secretário de Gestão, Negócios e Parcerias da Prefeitura, José Neto.

O grupo de trabalhadores apresentou contraproposta ao anúncio feito pelo prefeito Sandro Mabel (União

Brasil), que pretende realocar os vendedores na Feira Hippie ou em galerias próximas, a partir de aluguel social, a preço mais baixo. O prazo final fixado para a mudança é 31 de março. A expectativa é de que o grupo deixe a informalidade.

No encontro, os ambulantes disseram representar três mil trabalhadores, que rejeitam as duas alternativas propostas pela Prefeitura. O grupo pede apoio aos vereadores e ao secretário de Gestão para viabilizar a permanência dos vendedores nas ruas, fora do horário comercial – entre 3h da madrugada e 7h30 da manhã e das 17h às 21h30.



Fio Direto

CLOVES REGES

clovesreges@gmail.com

Cobrança

Prevista para começar a ser cobrada em abril próximo, o prefeito Sandro Mabel (UB) disse recentemente que, muito provavelmente, a implantação da Taxa do Lixo começaria em maio ou junho deste ano. Vai depender, no entanto, da decisão da Justiça.

Valores

De acordo com a lei aprovada, a Taxa do Lixo terá o valor mínimo de R\$ 258 e o máximo de R\$ 1,6 mil. O valor cobrado levará em conta o tipo, a metragem e a localização dos imóveis. Essa fórmula é um dos questionamentos do MP-GO.

Municípios

O governador Ronaldo Caiado (UB) anunciou nesta segunda-feira (24) o repasse de R\$ 38,6 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social (Feas) e Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) a 235 municípios goianos.

Critérios

O montante refere-se ao Cofinanciamento Estadual e tem como destino os municípios que cumpriram os requisitos para recebimento do recurso, que pode ser utilizado para investimentos, incluindo aquisição de alimentos para as famílias vulneráveis.

Desequilíbrio

Matéria publicada na edição do Diário da Manhã de ontem (24) lembrou o colapso financeiro deixado pelas gestões de José Eliton e Marconi Perillo (PSDB) ao final de 2018. Naquele ano, parte da folha de novembro e a de dezembro não foram pagas.

Rombo

Segundo relatório da área técnica do TCE-GO, ao final do exercício de 2018, o estado de Goiás apresentava insuficiência total de caixa para quitação de suas obrigações no montante de R\$ 6,73 bilhões, sendo 98% desse valor no Poder Executivo.

Positivo

A imposição de tarifas e barreiras comerciais do governo dos EUA fez com que a China retaliasse as medidas de Donald Trump, o que pode favorecer o mercado do agro brasileiro, que deve absorver parte da nova demanda chinesa.

Segurança

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Gazeta de Pesquisas (Igape) a maioria dos moradores de Goiânia se sente segura na cidade. O levantamento apontou que 85% dos entrevistados consideram a capital um lugar seguro para viver.

STF começa a julgar hoje (25) denúncia contra Bolsonaro



A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), composta pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux, começa, nesta terça-feira (25), a decidir se aceita ou não a denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros seis acusados. Segundo a PGR, Bolsonaro e os demais acusados integraram uma organização criminosa armada com o objetivo de promover um golpe de estado e, assim, subverterem a ordem democrática para que o ex-presidente continuasse no poder, mesmo tendo sido derrotado na eleição presidencial de 2022. Além de Bolsonaro, integram esse grupo de denunciados os ex-ministros Augusto Heleno (GSI), Braga Netto (Casa Civil), Paulo Sérgio Nogueira (Defesa) e Anderson Torres (Justiça), além do ex-comandante da Marinha Almir Garnier e do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), que à época era diretor da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Se a maioria do colegiado aceitar a denúncia, os acusados viram réus e vão responder a ação penal. Os indiciados podem responder pela prática de até cinco crimes: organização criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Se condenados por todos eles, podem pegar até 42 anos de prisão. O relator da matéria é o ministro Alexandre de Moraes. Os ministros terão três sessões para decidir o futuro de Bolsonaro e dos seus aliados.

Ministros foram mantidos

O plenário do STF negou provimento aos recursos das defesas dos acusados e decidiu manter os ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino aptos a participarem do julgamento da denúncia contra Jair Bolsonaro e os demais acusados. A defesa alegou que as atuações anteriores dos ministros os impediriam de atuar no caso. O STF entendeu, no entanto, que "a atuação anterior de magistrados não pode fazer pressupor que deixarão de cumprir a lei em razão de suas associações pretéritas".

MP-GO questiona criação da taxa do lixo em Goiânia

Parecer da subprocuradoria-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, assinando pela procuradora Fabiana Lemes Zamalloa, pede, em caráter cautelar, a suspensão da cobrança da chamada Taxa do Lixo em Goiânia, lei que foi aprovada em dezembro do ano passado, a poucos dias do término da gestão Rogério Cruz (Solidariedade). Segundo o MP-GO, a matéria, que é objeto de ADI no TJ-GO, padece de estudos técnicos e também não teria sido amplamente debatida com a sociedade.



Chiquinho Brazão, ainda deputado, completa um ano na cadeia

Parlamentar foi preso em 24 de março de 2024, acusado de ser um dos mandantes no assassinato da vereadora carioca Marielle Franco em 2018



Deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), preso há um ano, segue com mandato

REDAÇÃO

O deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) completou nesta segunda-feira (24) um ano na cadeia. O parlamentar, apontado pelas investigações como mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol) em 2018, foi preso pela Polícia Federal (PF) em 24 de março de 2024. A perda do mandato dele, no entanto, depende do aval do plenário da Câmara dos Deputados.

O rito para a cassação do deputado travou perto do final: Em 10 de abril de 2024, o plenário da Câmara votou para manter Brazão na cadeia por 277 votos a 129. Em 28 de agosto, o caso de Brazão foi votado pelo Conselho de Ética da Casa. A cassação do mandato do deputado foi aprovada pelos parlamentares membros do conselho, por 14 votos a 1.

A etapa seguinte seria o plenário da Casa. O presidente da Câmara precisa pautar o assunto para que

ele seja avaliado pelos parlamentares. Isso ainda não aconteceu.

A deputada Talíria Petrone (Psol-RJ), líder do Psol, partido de Marielle, já disse que levaria o assunto para as reuniões de líderes da Casa, cobrando que ele fosse pautado em plenário. A definição da data de votação cabe ao presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), que assumiu o cargo em fevereiro de 2025. Talíria lembrou a efeméride neste domingo (23), em publicação feita em seu perfil no X, e cobrou a votação.

Enquanto o assunto não vai ao plenário, Brazão tecnicamente mantém seu mandato como deputado federal enquanto está preso. A verba de cota parlamentar do deputado está congelada, sem nenhum gasto registrado, desde abril do ano passado. Mas a estrutura do seu gabinete segue empregando 24 pessoas no ano de 2025, segundo o site da Câmara dos Deputados.

Ministério Público se manifesta favorável à ação pela suspensão da Taxa do Lixo

REDAÇÃO

O Ministério Público se manifestou favorável à ação da vereadora Aava Santiago (PSDB) e defendeu a suspensão da Taxa do Lixo, criada pela Prefeitura no fim do ano passado.

De acordo com o MP, a Taxa do Lixo foi aprovada "de forma precipitada" e "sem a devida participação democrática". O órgão questiona a ausência de estudos técnicos que comprovem a necessidade dos valores cobrados; falta de transparência e participação popular; vio-

lação da natureza jurídica das taxas, já que o valor cobrado não está diretamente relacionado ao custo do serviço; e a delegação indevida de competências tributárias ao Poder Executivo, permitindo alterações sem necessidade de nova aprovação legislativa.

Segundo Aava Santiago, o texto que cria a Taxa do Lixo não informa sobre a porcentagem de pagamento pela população nem garante que o valor arrecadado será destinado à coleta de lixo.

Governo muda regra do Bolsa Família e prevê entrevista presencial

Segundo novas regras, será necessária a entrevista quando o cidadão se inscrever no CadÚnico (Cadastro Único dos Benefícios Sociais) dizendo que faz parte de família de uma pessoa só

FOLHAPRESS

O governo federal alterou as regras do Programa Bolsa Família e tornou obrigatória as entrevistas presenciais em domicílio quando o cidadão se inscrever no CadÚnico (Cadastro Único dos Benefícios Sociais) dizendo fazer parte de uma família de uma pessoa só.

O que era uma recomendação da CGU (Controladoria-Geral da União) deve valer para novos beneficiários, mas não se aplicará a indígenas, quilombolas e moradores de rua.

No caso de quem já recebe o Bolsa Família, as normas sobre como será o procedimento para verificar a situação da família unipessoal ainda serão definidas.

As novas regras estão em decreto publicado nesta segunda-feira, 24, no Diário Oficial da União, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Há ainda outras alterações como o sigilo das informações contidas nos cadastros e a necessidade de se observar o percentual de famílias unipessoais a ser estabelecido pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome).

"As famílias compostas de uma só pessoa sem inscrição ou atualização cadastral realizada por meio de entrevista em domicílio não poderão ingressar no Programa Bolsa Família enquanto não forem realizadas essas ações", diz o texto.

Além disso, segundo a normativa, a manutenção de famílias compostas de uma só pessoa sem inscrição ou atualização cadastral realizada por meio de entrevista em domicílio será regulamentada sobre o MDS, que deverá determinar quais são as exceções a essa exigência.

Dados do MDS mostram que, dos 20,6 milhões de beneficiários atendidos pelo Bolsa Família em março, 3,5 milhões são famílias compostas por uma pessoa só. No ano passado, o go-



Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decreto com mudanças divulgadas no Diário Oficial da União

verno cortou 4,1 milhões de benefícios por irregularidades, incluindo outros tipos de famílias.

O número de cadastros desse tipo cresceu no governo Bolsonaro, quando o Bolsa Família deixou de existir e passou a ser pago o Auxílio Brasil. Revisões constantes no programa realizadas desde 2023 diminuíram o total de cadas-

tros do tipo, mas o número ainda é alto.

Em agosto de 2024, o Programa Bolsa Família atendeu a 4 milhões de famílias unipessoais e, em janeiro deste ano, investigação da CGU acendeu o alerta para a possibilidade de uso eleitoral do benefício, nas eleições para prefeitos e vereadores em 2024.

**HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.**
CNPJ/ME nº 01.571.702/0001-98 - NIRE nº 52.300.018.552

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 24/02/2025
DATA, HORA E LOCAL: Aos 24/02/2025, às 10h, na sede social da Companhia em Goiânia/GO. **CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **MESA:** Presidente: Carmen Lúcia Reis Perillo de Cássia; Secretário: Zanone Alves de Carvalho. **ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:** Os conselheiros, por unanimidade, sem quaisquer restrições, deliberaram e aprovaram: (i) a reeleição, para um mandato de 1 ano, com início em 14/03/2025, dos seguintes membros para compor a Diretoria: • **TIAGO SALINAS FERREIRA**, para o cargo de Diretor Presidente; • **LEILSON QUEIROZ DA SILVA**, para o cargo de Diretor Financeiro e Administrativo; e • **RENATO SLOMKA DE OLIVEIRA**, para o cargo de Diretor Comercial. Os membros da Diretoria permanecerão em seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores, a não ser que de outra forma seja decidido pelos acionistas. Os Diretores ora eleitos declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei 6.404/76 para a investidura como membros da Diretoria. Assim, declararam que (i) não estão impedidos, mesmo que temporariamente, de exercer atividades inerentes à administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade; (ii) atendem ao requisito de reputação ilibada (§3º do artigo 147 da Lei das SA); e (iii) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesses conflitantes com o da Companhia. Os Diretores ora eleito tomarão posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse. (ii) a remuneração global para os Diretores aqui reeleitos, no montante de R\$ 4.500.000,00 e a remuneração variável podendo atingir o limite de R\$ 2.000.000,00, líquidas, restando estas remunerações estabelecida até o término do mandato, que desde já engloba todos os montantes relacionados a benefícios e verbas de representação. **ENCERRAMENTO:** Formalidades legais. Goiânia/GO, 24/02/2025. Zanone Alves de Carvalho - Secretário da Mesa. JUCEG - Certifico o registro em 11/03/2025 sob nº 20250599937, Protocolo: 200599937 de 07/03/2025. Suzana Fontes Borges Fileti - Secretária Geral.

**Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.**
CNPJ/MF nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 32.300.044.090

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 18/03/2025, às 16h30, na sede social Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., na Avenida Juscelino Kubitschek, Qd. 19, Lote 01, 08 no Ed Gênezis, 5º andar, Bairro Jundiá, Anápolis/GO, CEP 75100-390. **PRESEÇA:** Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA:** Presidente: Marcello Guidotti; e Secretário: Sidney Vilar Rodrigues Filho. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (a) a convocação e a recomendação de aprovação, pela AGO a ser realizada em 16/04/2025, às 17h45: (a.i) das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (a.ii) da destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 e distribuição de dividendos; (a.iii) da indicação para reeleição dos atuais membros do conselho de administração da Companhia para o próximo mandato; (a.iv) da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2025; e (b) a publicação, em 19/03/2025, das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias da ordem do dia, o Conselho de Administração decidiu, por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições aprovar: (a): a convocação da AGO e recomendar: (a.i): a aprovação das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, sendo que tais documentos, incluindo o parecer dos auditores independentes, estarão disponíveis na sede da Companhia e serão submetidos à deliberação do acionista da Companhia na AGO. (a.ii): a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024, apurado no montante de R\$ 169.541.630,17, o qual será submetido à deliberação do acionista da Companhia na AGO, conforme abaixo: (a.ii.i) constituição de reserva legal no montante de R\$ 8.477.081,51, conforme disposto no artigo 193 da Lei das SA; (a.ii.ii) dividendos no valor de R\$ 94.528.529,06, sendo que: (a.ii.ii.a) do valor total, R\$ 27.823.656,57 que já foram pagos ao longo do ano de 2024, à título de dividendos intermediários; e (a.ii.ii.b) R\$ 66.704.872,49 que já foram declarados, no decorrer do ano de 2024, como juros sobre o capital próprio. (a.ii.iii) constituição de reserva de retenção de lucros para orçamento de capital, no montante de R\$ 66.536.019,60; (a.iii): a indicação para reeleição dos atuais membros do conselho de administração da Companhia para o próximo mandato. Os atuais membros do conselho de administração da Companhia informaram que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento, prevista no artigo 147 da Lei das SA e na Resolução CVM nº 80/2022, nos respectivos termos de posse caso sejam reeleitos na AGO; e (a.iv): a fixação da remuneração global dos administradores, até a próxima AGO destinada a apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2025, no valor total de até R\$ 1.371.658,75. (b): a publicação das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, a ser realizada em 19/03/2025 no jornal Diário da Manhã. O Conselho de Administração autorizou a diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima, bem como publicar a presente ata em forma de extrato. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos conselheiros. Anápolis, 18/03/2025. Conselheiros: Marcello Guidotti, Rodrigo José de Pontes Seabra Monteiro Salles, Roberto Borges Paiva, Mauro Oliveira Dias, Danilo de Matos Marcondes e Dani Ajbeszyc. Mesa: Sidney Vilar Rodrigues Filho - **Secretário**. Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG - Certifico o registro em 21/03/2025 sob nº 20250802228. Protocolo: 250802228 de 20/03/2025. Suzana Fontes Borges Fileti - Secretária Geral.

Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)					
	2024	2023			
Ativo	28.845.157	18.969.907	Passivo e Patrimônio Líquido	2024	2023
Disponibilidades	20.930	126.213	Circulante	56.324.555	46.803.002
Contas a receber de clientes	21.173.717	7.916.446	Fornecedores	23.755.649	23.507.357
Duplicatas Descontadas	-2.451.910	-5.979.244	Financiamentos e empréstimos	15.243.510	4.811.327
Estoques	7.688.873	15.799.308	Obrigações sociais e trabalhistas	3.108.964	1.392.779
Impostos a recuperar	294.011	534.841	Impostos e contribuições	12.279.389	10.566.116
Adiantamentos a fornecedores	2.119.536	569.963	Outras contas a pagar	1.937.043	6.525.423
Outras contas a receber	0	2.380			
	35.052.302	33.305.776	Não Circulante	198.369.904	189.855.500
Realizável a longo prazo			Financiamentos e empréstimos	184.782.773	175.977.870
Impostos a Recuperar	264.543	409.529	Impostos e contribuições	13.587.131	13.877.630
Investimentos	3.773	423.626	Patrimônio líquido	-190.797.000	-184.382.819
			Capital social	78.515.736	78.515.736
Imobilizado	34.783.986	32.472.621	Adiantamento para futuro aumento capital	725.780	725.780
			Capital a integralizar	-320.905	-320.905
			Reserva de capital	130.912	130.912
			Resultado acumulado	-265.133.528	-260.535.163
			Resultado do exercício	-4.714.995	-2.899.179
Total do Ativo	63.897.459	52.275.683	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	63.897.459	52.275.683

Demonstrativo de Fluxo de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	2.024	2.023	
Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa			
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Prejuízo do exercício	-4.714.995	-2.899.179	
Depreciação e amortização			
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	1.743.420	1.269.393	
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo	7.359.439	6.911.814	
(Aumento)/ diminuição em contas a receber	-16.784.605	-1.341.841	
(Aumento)/ diminuição nos estoques	8.110.435	-8.742.742	
(Aumento)/ diminuição em impostos a recuperar	385.816	-65.183	
(Aumento)/ diminuição em outros créditos	-1.547.193	-558.313	
Aumento/(diminuição) em fornecedores	248.292	15.702.499	
Aumento/(diminuição) em outras contas s pagar/Obrigações trabalhis-	-1.449.421	-4.243.230	
as sociais e tributárias			
=) Total do Caixa líquido das atividades operacionais	-6.648.812	6.033.218	
Fluxo de caixa das atividade de investimento:			
(-) Investimentos	419.853	-111.511	
(-) Aquisição de imobilizado	-4.868.048	-15.573.067	
(+) Baixa de imobilizado	813.263	0	
=) Total do Caixa líquido das atividades de investimento	-3.634.932	-15.684.578	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento em Empréstimos e financiamentos	15.009.243	11.984.478	
Pagamento em Empréstimos e financiamentos	-3.131.596	-2.226.818	
Ajuste de exercício anterior	-1.699.186	0	
=) Caixa líquido das atividade de financiamento	10.178.461	9.757.660	
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	-105.283	106.300	
Caixa e equivalentes de caixa início do exercício	126.213	19.913	
Caixa a equivalentes de caixa fim do exercício	20.930	126.213	
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	-105.283	106.300	

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)			
	2024	2023	
Receita operacional bruta			
Venda de produtos	28.703.634	41.518.492	
Venda de Serviços	16.484.059	15.551.809	
Revenda de produtos	174.521	275.255	
Deduções			
Impostos e deduções sobre as vendas	-8.583.402	-10.212.930	
Receita operacional líquida	36.778.812	47.132.626	
Custos dos produtos vendidos	-24.557.060	-29.860.820	
Custos dos serviços prestados	-5.042.933	-6.053.644	
Custos dos produtos revendidos	-71.938	-105.301	
Lucro Bruto	7.106.881	11.112.861	
Despesas/ receitas operacionais	-3.676.638	-6.947.533	
Administrativas e gerais	-5.302.213	-7.165.882	
Outras despesas / receitas operacionais	1.625.575	218.349	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	3.430.243	4.165.328	
Receitas financeiras	-8.145.238	-7.064.507	
Despesas financeiras	1.400.476	93.176	
	-9.545.714	-7.157.683	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-4.714.995	-2.899.179	
Imposto de renda e contribuição social – Diferido			
Prejuízo do exercício	-4.714.995	-2.899.179	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)						
	Capital social	Reservas de Capital	AFAC	Capital a Integralizar	Prejuizos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	78.515.736	130.912	725.780	-320.905	-260.535.163	-181.483.640
Prejuízo do exercício					-2.899.179	-2.899.179
Saldos em 31 de dezembro de 2023	78.515.736	130.912	725.780	-320.905	-263.434.342	-184.382.819
Ajuste de exercício anterior					-1.699.186	-1.699.186
Prejuízo do exercício					-4.714.995	-4.714.995
Saldos em 31 de dezembro de 2024	78.515.736	130.912	725.780	-320.905	-266.333.521	-190.797.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jalles Fontoura de Siqueira

Presidente do Conselho de Administração

Valdirene Gourete da Luz Silva

Contadora - CRC/GO 019699

STF reforça segurança e limita acesso a julgamento de trama golpista

Primeira Turma se reúne hoje para decidir se denúncia contra Bolsonaro e outros sete acusados por participação na tentativa de golpe de estado deve ser recebida ou rejeitada. Julgamento, ao que tudo indica, se encerrará amanhã, em Brasília

CÉZAR FEITOZA
ANA POMPEU
FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) montou um plano especial de segurança para o julgamento em que a Primeira Turma deve receber a denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outras sete pessoas pela trama golpista de 2022.

O esquema envolve a limitação do acesso ao edifício sede e aos anexos do Supremo, a manutenção dos gradis que cercam a corte e o monitoramento de possíveis ameaças.

O nível das restrições é estabelecido após análise de risco da Secretaria de Polícia Judicial. Desde o atentado a bomba em novembro de 2024, o Supremo tem sido mais rígido na definição dos planos de segurança.

O STF criou barreiras de checagem próximas à en-



Plenário: ministros analisarão questões processuais e decidirão se há indícios de autoria ou materialidade

trada da sede do tribunal. Só será autorizado o acesso de servidores da corte e de pessoas credenciadas para acompanhar o julgamento, como advogados e jornalistas.

A Segunda Turma do Supremo chegou a cancelar sua sessão de julgamento prevista para terça-feira, 25, a pedido do ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma. A expectativa era colocar um telão na sala e abrir o espaço para a transmissão do recebimento da denúncia contra Bolsonaro.

O plano acabou descartado pela segurança do STF. A ideia é restringir ao máximo o acesso do público ao tribunal diante das peculiaridades do julgamento e das ameaças diárias aos ministros detectadas pela Secretaria de Polícia Judicial.

O acesso ao subsolo e aos anexos em que ficam as turmas e os gabinetes dos ministros também ficará restrito. Segundo o STF, haverá ainda "maior controle de acesso, monitoramento do ambiente, policiamento reforçado e equipes de pronta

resposta para emergências".

SISTEMA INTEGRADO

"O objetivo é assegurar a realização do julgamento e garantir a segurança de servidores, colaboradores, advogados e imprensa", diz o STF. O Supremo possui câmeras de segurança que permitem a identificação de pessoas que se aproximam do tribunal. O videomonitoramento é feito por mais de 300 câmeras de dez tipos diferentes.

O sistema é integrado a um banco de dados com fo-

tos de pessoas identificadas como ameaças ao tribunal — condenados pelo 8 de janeiro, pessoas que enviaram emails ou cartas em ataque a ministros da corte, entre outros.

O CFTV (Circuito Fechado de Televisão) permite o cruzamento do banco de dados com a imagem das câmeras de segurança. Dessa forma, a polícia judicial pode atuar na prevenção de ataques de pessoas já monitoradas pelo tribunal.

O plano elaborado pela Secretaria de Polícia Judicial conta com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que também reforçará o policiamento nos arredores do Supremo.

A Primeira Turma do STF se reúne na terça-feira, 25, para decidir se a denúncia contra Bolsonaro e outros sete acusados por participação na trama golpista deve ser recebida ou rejeitada. A expectativa é que o julgamento seja encerrado na manhã de quarta-feira, 26.

Os ministros vão analisar questões processuais e decidir se há indícios de autoria e materialidade. Se a denúncia for recebida, os denunciados se tornam réus e passam a responder a ações penais no Supremo.

Kassio Nunes freia ação penal contra Zambelli

FOLHAPRESS

O ministro Kassio Nunes Marques pediu vista (mais tempo para analisar o caso) e interrompeu nesta segunda, 24, o julgamento da ação penal contra a deputada Carla Zambelli (PL-SP) no STF. Ele tem até 90 dias para devolver os autos.

No momento em que Kassio apresentou o pedido de vista, a corte tinha quatro votos para condenar a parlamentar a 5 anos e 3 meses de prisão, em regime inicial semiaberto, e à perda do mandato parlamentar por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma.

Porém, como o plenário virtual continua aberto a novos votos até a sexta, 28, outros ministros podem se manifestar até lá. Foi o que ocorreu com Cristiano Zanin, que se juntou ao entendimento dos colegas pela condenação. O placar, então, passou a ser 5 votos a 0.

Relator do caso, Gilmar Mendes se posicionou a favor dessa punição e foi seguido ainda na sexta (21) pelos ministros Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes e, no domingo, 23, por Flávio Dino. Até aqui, ninguém votou contrário.

O processo estava sob análise em plenário virtual (ambiente remoto por meio do qual os ministros depositam votos ao longo de, em geral, uma semana) e deveria ser encerrado até a próxima sexta, 28.

Zambelli foi tornada ré pela corte em agosto de 2023. Na ocasião, votaram pela abertura da ação penal 9 dos 11 ministros: o relator, Moraes, Cármen, Cristiano Zanin, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli, Rosa Weber e Luiz Fux.

Em nota nesta sexta, a parlamentar afirmou que, apesar de sua ter reivindicado, "seu legítimo direito de efetivar defesa oral, o pleito sequer foi analisado pelo ilustre relator do pro-

cesso no STF".

ARMA

A acusação do Ministério Público Federal foi feita após o episódio em que a deputada sacou e apontou uma arma para um homem no meio da rua em São Paulo, em 29 de outubro de 2022, na véspera do segundo turno das eleições presidenciais.

Na ocasião, a deputada bolsonarista perseguiu um homem negro após uma discussão no bairro dos Jardins, em São Paulo. Um segurança da parlamentar chegou a fazer um disparo e foi preso pela Polícia Civil.

Zambelli foi denunciada em janeiro de 2023 pela vice-procuradora-geral Lindôra Araújo. Além da condenação pelos dois tipos penais, a PGR pede que a parlamentar seja obrigada a pagar R\$ 100 mil por danos coletivos e que seu porte de arma seja cancelado definitivamente.



ANDRESSA ANHOLETE/STF

Pedido de vista: ministro tem 90 dias para devolver os autos

Alckmin defende retirar inflação de alimentos do cálculo da Selic

Declaração vem após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic para 14,25% ao ano para conter a inflação

AGÊNCIA BRASIL

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, defendeu, nesta segunda-feira (24), que o Banco Central (BC) desconsidere a inflação de alimentos e energia ao definir a taxa básica de juros, a Selic. A declaração vem após o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC elevar a Selic para 14,25% ao ano para conter a inflação.

Alckmin mencionou o exemplo do banco central dos Estados Unidos, que retira esses dois índices do cálculo dos juros básicos da economia estadunidense. “Uma taxa de juros elevada, como a Selic, em 14,25% ao ano, ela atrapalha a economia, porque torna muito caro o custo de capital”, disse, em evento promovido pelo jornal Valor Econômico.

Para o presidente em exercício, os aumentos nos preços de alimentos e energia são impulsionados por fatores externos e de natureza pontual, como eventos climáticos adversos e tensões geopolíticas, como guerras. Segundo o também ministro, esses eventos impactam os preços de forma significativa, mas não possuem uma relação direta com a política monetária e, portanto, com a taxa de juros.

“Alimento é muito clima. Se eu tenho uma seca muito



Geraldo Alckmin, presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

forte, uma alteração climática muito grande, vai subir o preço de alimento. E não adianta eu aumentar os juros que não vai fazer chover. Então eu só vou prejudicar a economia”, disse, lembrando que no caso da energia, os preços do barril do petróleo são definidos internacionalmente.

Embora o Banco Central tenha entre seus objetivos principais o controle da inflação, a visão do ministro sugere uma análise mais flexível e atenta aos choques de oferta que podem influenciar os índices de preços.

“Então, eles [banco central dos EUA] excluem do cálculo [alimentos e energia]. Eu acho que é uma medida inteligente, e a gente realmente [pode] aumentar os juros naquilo que pode ter mais efetividade na redução da inflação”, explicou Alckmin.

“A redução da inflação é essencial. A inflação não é

neutra socialmente, ela não é neutra, ela atinge muito mais o assalariado, que tem reajuste, normalmente, uma vez por ano e vê todo mês, todo dia, o seu salário perder o poder aquisitivo. Então, entendo, sim, que é uma medida que deve ser estudada pelo Banco Central brasileiro”, argumentou o presidente em exercício.

Alckmin também alertou para o impacto do aumento da Selic nas contas públicas. Segundo cálculos apresentados por ele, cada elevação de 1 ponto percentual na taxa básica de juros onera a dívida pública em aproximadamente R\$ 48 bilhões.

JUROS BÁSICOS

Puxada pela alta da energia elétrica, em fevereiro, a inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE). É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

O índice está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação. A alta do preço dos alimentos e da energia e as incertezas em torno da economia global fizeram o Copom aumentar mais uma vez os juros, em 1 ponto percentual, na reunião da semana passada, o quinto aumento seguido da Selic, em um ciclo de contração na

política monetária.

Em comunicado, o Copom informou que a economia brasileira está aquecida, apesar de sinais de moderação no crescimento. Segundo o colegiado, a inflação cheia e os núcleos (medida que exclui preços mais voláteis, como alimentos e energia) continuam em alta. O órgão alertou que existe o risco de que a inflação de serviços continue alta e informou que continuará a monitorar a política econômica do governo.

COPOM

Em relação às próximas reuniões, o Copom informou que elevará a Selic “em menor magnitude” na reunião de maio e não deixou pistas para o que acontecerá depois disso. Além de esperada pelo mercado financeiro, a elevação em 1 ponto havia sido anunciada pelo Banco Central na reunião de janeiro.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Quando a taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Haddad sai em defesa de arcabouço fiscal

AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, saiu em defesa do arcabouço fiscal nesta segunda-feira (24), após uma declaração em evento promovido pelo jornal Valor Econômico provocar oscilações no dólar. Em postagem na rede X, o ministro comprometeu-se com o cumprimento das metas atuais do marco fiscal.

“Estão tentando distorcer o que falei agora em um evento do Valor. Disse que gosto da arquitetura do arcabouço fiscal. Que

estou confortável com os seus atuais parâmetros. E que defendo reforçá-los com medidas como as do ano passado. Para o futuro, disse que os parâmetros podem até mudar, se as circunstâncias mudarem, mas defendo o cumprimento das metas que foram estabelecidas pelo atual governo”, postou o ministro.

Ao discursar no evento, no início da manhã, Haddad citou a possibilidade de mudanças nos parâmetros do arcabouço fiscal. Ele ressaltou que as alterações só viriam num cenário que combinasse queda da

Taxa Selic (juros básicos da economia), inflação sob controle e estabilidade na dívida pública.

“Quando você estiver numa situação de estabilidade da dívida/PIB, se você tiver uma Taxa Selic mais comportada e uma inflação mais comportada, você vai poder mudar os parâmetros [do arcabouço]. Na minha opinião, não deveríamos mudar a arquitetura”, declarou Haddad.

MERCADO FINANCEIRO

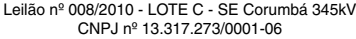
A fala provocou alvoroço no início das negociações no mercado financeiro. O

dólar chegou a R\$ 5,77 por volta das 9h45, mas desacelerou e estabilizou-se em R\$ 5,73 após a postagem do ministro na rede X. Durante a tarde, a moeda norte-americana voltou a subir para R\$ 5,75 após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar que pretende impor uma tarifa adicional de 25% sobre os países que comparem petróleo da Venezuela.

O arcabouço fiscal estabelece meta de déficit primário zero para 2025 e superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, 0,5% em

2027 e 1% em 2028. Em todos os anos, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos. O superávit primário representa a economia de recursos para pagar os juros da dívida pública.

Além da meta de resultado primário, o arcabouço tem um limite de gastos, que prevê o crescimento real (acima da inflação) das despesas em 70% do crescimento real das receitas no ano anterior, dentro de uma trilha entre 0,6% e 2,5% de expansão, descontada a inflação.



A Administração da Caldas Novas Transmissão S.A., em cumprimento as disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e suas correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

A Caldas Novas Transmissão S.A. possui a seguinte estrutura administrativa:

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

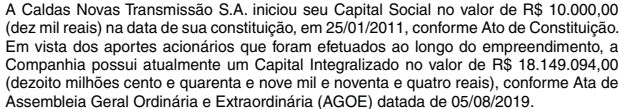
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Caldas Novas Transmissão S.A. ("Companhia"), com sede em Goiânia, Estado de Goiás, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em Assembleia Geral de Constituição em 25 de janeiro de 2011. A Companhia foi formada pelas vencedoras do Lote C do Leilão Público nº 008/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Atualmente, seu quadro acionário é composto por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Santa Rita Com. e Instalações Ltda. ("Santa Rita") e Cel Engenharia Ltda. ("Cel").

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela implementação, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV - 150 MVA, e de entradas de linha,



A Caldas Novas Transmissão S.A. realizou seus investimentos principais durante a fase de implantação do empreendimento. Em termos de investimentos para operação, em 2024, foram implementados um galpão e base de concreto para armazenamento de sobressalentes, e adquirido um PC Industrial para a SE Corumbá que totalizaram o valor de R\$ 201.150,09 (duzentos e um mil e cento e cinquenta reais e nove centavos).

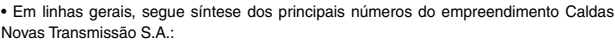
Após a conclusão dos serviços de implantação das instalações, sendo cumpridas todas as exigências ambientais pela Caldas Novas Transmissão, em 09/08/2013, foi emitida pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH) a Licença de Funcionamento nº 1051/2016.

Nos termos da Instrução CVM nº 308/99 a Caldas Novas Transmissão S.A. renovou contrato de auditoria externa com a Berkan Auditoria e Consultoria, no valor anual de R\$ 22.571,14 (vinte e dois mil e quinhentos e setenta e um reais e quatorze centavos) para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, referentes ao exercício de 2024.

Os serviços Operação e Manutenção da Caldas Novas Transmissão foram realizados pela CEL Engenharia Ltda, referente às instalações da SE na UHE Corumbá, com um valor contratual mensal de R\$ 103.069,53 (cento e três mil, sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos) data-base 12-2024, reajustado anualmente pelo índice IPCA.

Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Caldas Novas Transmissão para com o Sistema Interligado Nacional. Em 2024, ocorreram 2 (duas) eventos geradores de Parcelas Variáveis, sendo eles:

- Dia 09/04/2024, com duração de 3 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 1.936,65 proveniente de um desligamento automático na Função de Transmissão TR 345/138kV CORMUBA TR1 G0, ocasionado pela demora em ligar a LT 345kV Cumburá / Itumbiara devido falha no fechamento do disjuntor 8222 da SE Cumburá;
- Dia 09/04/2024, com duração de 3 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 1.936,65 proveniente de um desligamento automático na Função de Transmissão TR 345/138kV CORMUBA TR2 G0, ocasionado pela demora em ligar a LT 345kV Cumburá / Itumbiara devido falha no fechamento do disjuntor 8222 da SE Cumburá.



Atenciosamente,

Célio de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Lauriston Severino **Antonio Dirceu Guimarães Machado**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Entrada de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado de Goiás.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Normativa nº 3.343/2024, emitida pela ANEEL em 09 de julho de 2024, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2024-2025 é de R\$ 7.384 (R\$ 7.105 no ciclo 2023/2024), já incluindo os impostos reembolsáveis. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Transmissora, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade desta que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

RUMO A GOIÂNIA

Torcida do Galo compra quase 1,5 mil ingressos para decisão

Ao todo, foram 6 mil bilhetes vendidos no primeiro dia. Vila Nova faz promoção para atrair torcedores

RAFAEL TOMAZETI

A torcida do Anápolis já comprou quase 40% da carga de ingressos para os visitantes na decisão do Campeonato Goiano, marcada para o próximo domingo (30), no estádio Serra Dourada, contra o Vila Nova. Segundo o clube colorado, os tricolores já levaram 1.470 bilhetes, de um total de 3,8 mil destinados ao setor visitante.

Quem for torcer pelo Galo da Comarca ficará alocado no setor de cadeiras Sul. As entradas custam R\$

80 na inteira, mas qualquer torcedor com a camisa do Anápolis paga meia, ou seja, R\$ 40.

De acordo com a primeira parcial de ingressos divulgada pelo Vila Nova, a torcida colorada comprou 4.530 tíquetes para acompanhar a decisão. Ou seja, já são 6 mil entradas vendidas apenas no primeiro dia de comercialização.

Para os vilanovenses, as entradas para arquibancadas custam R\$ 20, mas todos os que estiverem com o uniforme do clube da casa poderão pagar meia, ou seja,



Quem for torcer pelo Galo da Comarca ficará alocado no setor de cadeiras Sul

R\$ 10. Nas cadeiras Norte, para os colorados, os tíquetes também são R\$ 80 a inteira e R\$ 40 a meia.

A venda online já está disponível no site da IngressoSA, no link <https://www.ingressosa.com/>

3003-vila-nova-x-anapolis-fc%E2%80%94campeonato-goiano-2025-final%20(j%C3%A1%20dispon%C3%ADvel.

Em Goiânia, os pontos de venda físicos são Loja Nação Colorada, Empório das Bebidas, Tio Bák Noroeste, Tio Bák Eldorado e unidades do Mundo das Bebidas Empório.

O Anápolis tenta seu segundo título do Campeonato Goiano, o primeiro desde 1965. O Vila Nova, por sua vez, quer sua 16ª taça, que quebraria um jejum completa 20 anos em 2025.

Proposta na Câmara estabelece fiação subterrânea em loteamentos

Autor do projeto, vereador Jean Carlos ressalta ganho em segurança, eficiência e estética

RAFAEL TOMAZETI E LUCIVAN MACHADO

Um projeto de lei apresentado na Câmara pelo vereador Jean Carlos (PL) determina que novos loteamentos em Anápolis tenham fiação subterrânea. A proposta está em tramitação na Casa e ataca um problema que é presente em boa parte da cidade: o emaranhado de fios nos postes.

De acordo com o texto, “novos loteamentos e empreendimentos imobiliários a serem construídos na zona urbana e rural que as redes de infraestrutura de cabeamento para a transmissão de energia elétrica, telefonia, comunicação de dados via cabo, fibra ótica, televisão a cabo e demais redes não mencionadas deverão ser construídas exclusivamente pela via subterrânea.”

O projeto também estabelece que “empresas e concessionárias responsáveis ficam obrigadas, no prazo de 15 anos, a realizar a substituição total da rede de fiação aérea existente em Anápolis, promovendo a retirada de postes, transformadores, fiações demais componentes instalados por via aérea, independentemente da densidade de carga, e adotando redes subterrânea.”

Conforme a proposta, os custos da operação de aterramento de cabos serão de responsabi-

lidade das próprias empresas e concessionárias. Segundo o vereador Jean Carlos, o momento é apropriado para a apresentação de um projeto desta natureza, uma vez que avizinha-se a revisão do Plano Diretor.

“Já enfrentamos a antevéspera da revisão do Plano Diretor e leis urbanísticas da cidade. É uma pauta recorrente. Temos visto a dificuldade que é o cabeamento, a exposição de fios. Já vislumbrando um trabalho de forma mais macro, temos acompanhado cidades, sobretudo do Sul do país, já estabelecendo obrigatoriedade para instalação de fios e cabeamento subterrâneos por todos os prestadores de serviço”, disse ao DM.

O parlamentar afirma que a proposta será debatida em conjunto com o setor imobiliário e justifica que há apelo para ela. “Nossa cidade cresce, os condomínios surgem e queremos uma cidade cada vez melhor para todos. Sabemos o risco que é a exposição de fios e até da estética urbana. Municípios pequenos, como Bela Vista de Goiás, estabelecem em determinadas situações a obrigação de cabeamento subterrâneo”, completou.

O líder do prefeito argumentou ainda que a lei garante “prazo considerável” para a redução gradativa dos fios. No entanto, garantiu que fará quaisquer modificações necessárias, após intensi-

ficar o diálogo com o setor, para que o texto prospere na Casa.

“É um setor que sabemos da importância dele para o desenvolvimento econômico e a expansão urbana da cidade. Temos o entendimento de discutir de forma detalhada, ouvi-los e especificar melhor para poder evoluir nessa proposta de uma forma que possa ser entendida”, frisou.

ALTO CUSTO

Mais do que gerar uma paisagem urbana poluída, a fiação aérea causa acidentes, atrapalha a arborização e é responsável pela instabilidade nos serviços de energia, que ficam sujeitos às condições climáticas. No Brasil, a fiação subterrânea corresponde a menos de 1% da malha elétrica. Os exemplos são bastante pontuais, presentes na maioria das vezes apenas em algumas avenidas importantes e centros históricos.

Especialistas apontam que o custo para instalar redes subterrâneas é cerca de 10 vezes maior do que o custo de instalação das aéreas. Existem despesas com obras que envolvem abertura de valas, construção de poços de inspeção e recomposição de calçadas. Além disso, os materiais utilizados na rede subterrânea têm custo maior, já que o cabeamento deve ser revestido e impermeável.

Para Nivalde Castro, coor-

denador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que impede o Brasil de adotar o modelo é o fato de ser um país em desenvolvimento, com um território de grandes dimensões e uma alta densidade demográfica.

“É um investimento muito alto. Até em países ricos, como EUA e Japão, boa parte da rede é aérea. Nossas cidades crescem rápido, não são como as europeias”, aponta. A principal dificuldade é que, da forma como essas empresas operam, o alto custo poderia ser passado ao consumidor.

“Quando faço um investimento, ele entra na tarifa do consumidor quase imediatamente. A Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] estabelece inclusive um limite permitido de investimento, o chamado investimento prudente. A tarifa subiria muito e a amortização seria longa, geraria problema de inadimplência, furto, protestos”, observa o professor. “Acredito que a melhor solução seria cobrar tarifas diferenciadas, em função da qualidade do atendimento. Onde houver investimento em [rede] subterrânea, a tarifa tem de ser maior, para não criar subsídio cruzado”, acrescenta.

Já para Roberto D'Araujo, engenheiro elétrico e diretor do Instituto de Desenvolvimento

Estratégico do Setor Energético (ILUMINA), apesar do investimento inicial ser alto, as despesas futuras diminuiriam. “Na fiação subterrânea, a manutenção é muito mais barata. O problema é a visão de curto prazo das empresas privadas”, defende.

Em Anápolis, Jean Carlos admite que haverá ônus, mas há, por outro lado, contrapartidas. “Há uma oneração no investimento, mas um atrativo a mais para quem quer morar no local com cabeamento subterrâneo, uma cidade mais segura e esteticamente melhor. Vamos tratar com todos os setores envolvidos e chegar a um bom termo, de forma gradativa e consensual”, destacou.

OPERAÇÃO

A Prefeitura lançou nas últimas semanas uma operação de reorganização da fiação aérea, que começou na região central de Anápolis e, nos primeiros dias da ação, foram retiradas cerca de 4 toneladas de cabos inutilizados. Os essenciais, afirma a administração, foram reorganizados.

O objetivo é aumentar a segurança e prevenir acidentes, removendo cabos que representam riscos à população — como pedestres, motoristas, motociclistas e comerciantes —, além de reduzir a poluição visual e melhorar a estética da cidade.

SUPORTE

Repasse de R\$ 1,7 milhão vai custear investimento social

De acordo com o governo, objetivo é estimular as ações locais neste setor, com o complemento de programas sociais

RAFAEL TOMAZETI

A Prefeitura de Anápolis receberá R\$ 1.712.087,27 do Governo de Goiás dentro do Cofinanciamento de Assistência Social. A modalidade de transferência permite às prefeituras receber verbas do governo estadual para aplicação em projetos voltados a famílias em situação de vulnerabilidade. A liberação para o exercício de 2025 foi feita em cerimônia nesta segunda-feira (24), pelo governador Ronaldo Caiado (UB), em evento que reuniu prefeitos, no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia.

Para este ano, R\$ 38 milhões serão destinados a 235 cidades goianas, em valores que dependem da comprovação da aplicação da verba do ano anterior. De acordo com Caiado, a chegada desses recursos fortalece a rede de proteção social nos municípios e complementa iniciativas



De acordo com Caiado, a chegada desses recursos fortalece a rede de proteção social nos municípios

estaduais, como os programas Mães de Goiás, Aluguel Social, Goiás Por Elas e Dignidade.

“Não vamos abrir mão de investir na pessoa, no cidadão. Nosso compromisso

é garantir que os recursos cheguem efetivamente a quem mais precisa. Desde que assumimos, colocamos fim a uma longa espera e transformamos esse cofinanciamento em uma reali-

dade. Agora, os municípios têm condições de estruturar e ampliar suas políticas sociais, impactando diretamente a vida das famílias”, afirmou Caiado.

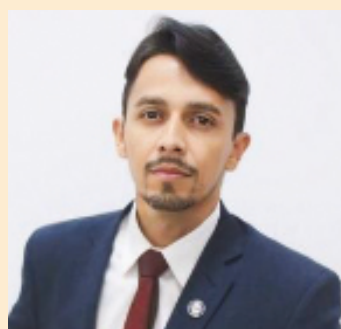
O pagamento do Co-

financiamento de Assistência Social, por meio do Goiás Social, já havia sido anunciado durante o 1º Encontro de Gestores e Trabalhadores da Assistência Social de Goiás, realizado neste mês pelo Estado para tratar de melhorias nas políticas públicas executadas na área, bem como do aprimoramento na administração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Desde 2021, foram repassados aos municípios R\$ 101 milhões para as prefeituras. “Sabemos, na ponta, o impacto que esse recurso tem para as famílias mais vulneráveis. Com ele, conseguimos ampliar atendimentos, garantir apoio às pessoas que mais precisam e fortalecer a gestão da assistência nos municípios”, agradeceu a primeira-dama de Acreúna e presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coege-mas-GO), Adriana Silva.

ARTIGO

Um grito de socorro



HEIB PIRES

No mês da mulher, muito se fala em conquistas que, ao longo dos anos, garantiram liberdades e oportunidades às mulheres no Brasil, valorizando e reconhecendo essas guerreiras que tanto contribuem para a formação de uma sociedade mais igualitária em nosso país. Entretanto, é importante sempre lembrar que muitas conquistas se deram depois que muitas vidas se perderam em decorrência da violência sofrida no ambiente doméstico e familiar.

A Lei Maria da Penha, comentada nesta coluna na edição do dia 5 de março de 2025 do Jornal DM ANÁPOLIS, tornou-se um instrumento de combate efetivo às mais diversas formas de violência que essas mulheres sofriam e ainda sofrem, em um ambien-

te onde, na maioria das vezes, as agressões são perpetradas às escondidas. Nesse cenário, a palavra da vítima possui um valor probatório considerável, atraindo a possibilidade de medidas protetivas de urgência, que de forma emergencial, garantem a integridade física da mulher vítima de violência doméstica.

Na cidade de Anápolis, a Patrulha Maria da Penha, que foi comandada recentemente pela Major Daiene da Polícia Militar e atualmente está sob o comando da Tenente Sara, desenvolve um trabalho brilhante e de excelência, com resultados significativos na defesa das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Somente no mês de fevereiro do corrente ano, foram 1.122 acompanhamentos de medidas protetivas de urgência (MPUs), 675 acompanhamentos remotos de MPUs, 181 recebimentos de MPUs, 05 operações policiais, 12 apoios para a retirada de pertences pessoais de mulheres vítimas de agressão, 34 apoios policiais e 12 prisões em flagrante.

Esses são os dados constantes das informações disponibilizadas por meio da rede social da Patrulha Maria da Penha do 3º CRPM, que também é utilizada como meio de denúncia por mulheres vítimas de violência doméstica.

É importante ressaltar que a atuação da Patrulha Maria da Penha do 3º CRPM na cidade de Anápolis, via de regra, não consiste no primeiro atendimento às mulheres vítimas de agressão, sendo esse atendimento geralmente realizado pela equipe policial mais próxima. Entretanto, o acompanhamento às Medidas Protetivas de Urgência encaminhadas pelo Poder Judiciário é realizado pela equipe da Patrulha Maria da Penha, que desenvolve um trabalho com um olhar acolhedor às vítimas de violência doméstica na cidade de Anápolis. O trabalho realizado no município em defesa da mulher envolve uma rede organizada estrategicamente, proporcionando à vítima de violência doméstica e familiar celeridade e eficiência na prestação do serviço

público. É importante destacar a atuação dos demais órgãos que compõem essa rede, como a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), sob o comando da Delegada de Polícia Dra. Isabella Joy, que apresenta números expressivos no combate à violência contra a mulher.

De outro lado, a Câmara Municipal de Anápolis conta com a Procuradoria Especial da Mulher, da Infância, Juventude e Pessoas com Deficiência, responsável por fornecer atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência na qual vem desenvolvendo um trabalho em parceria com os demais órgãos do município responsáveis pelo combate à violência contra a mulher. No intuito de estabelecer um canal direto entre a vítima de violência e os órgãos de proteção, foi criado o aplicativo “Mulher Segura”, que acabou tornando-se um canal rápido e direto, onde as vítimas de violência podem solicitar apoio imediato diante de qualquer tipo de agressão. O aplicativo “Mulher Segura” é autoexpli-

cativo, contendo a possibilidade de acionar batalhões e delegacias de polícia mais próximos da vítima de agressão, permitindo que a vítima, via aplicativo, envie sua localização para que a polícia tome as providências necessárias para garantir sua integridade e seus direitos. Portanto, no município de Anápolis, o “grito de socorro” reverbera por meio de uma rede articulada e organizada para atender a mulher vítima de violência doméstica e familiar. A Lei Maria da Penha tem demonstrado sua efetividade nas mãos desses profissionais que, sem cessar, empenham esforços no combate ao crime, notadamente à violência contra a mulher no município de Anápolis. Em homenagem ao mês da mulher, o desejo é de que o grito de socorro seja substituído pelo respeito e pelo fim da violência em suas mais variadas formas, especialmente a violência contra a mulher.

Por Heib Pires, Advogado e especialista em Ciências Criminais.

CONTAMINAÇÃO

Casos de dengue caem mais de 85% em Anápolis, diz Saúde

Apesar da queda significativa dos casos, é necessário que a população mantenha os cuidados preventivos, afirma Prefeitura

REDAÇÃO

Um boletim da Vigilância Epidemiológica, da Secretaria Municipal de Saúde, analisou os casos registrados de dengue entre 1º de janeiro e 15 de março de 2025. No total, foram contabilizados 472 casos da doença em Anápolis, dos quais 25 apresentaram sinais de alarme e dois foram considerados graves.

Em janeiro deste ano, foram registradas 112 ocorrências de dengue. Em fevereiro, o número aumentou para 245 casos. Já na primeira quinzena de março, o município registrou 115 casos. De acordo com a Vigilância Epidemiológica, em 2024 Anápolis registrou 36.577 casos de dengue, sendo 2.362 com sinais de alarme e 187 classificados como graves. No primeiro



Em janeiro deste ano, foram registradas 112 ocorrências de dengue. Em fevereiro, o número aumentou para 245 casos

trimestre de 2024, o levantamento apontou 2.040 casos em janeiro, 7.447 em

fevereiro e 8.684 em março. Comparando os dados de 2025 com os do ano pas-

sado, foi constatada uma queda de 86,31% nos registros da doença — com uma

taxa de incidência de 1,25 por mil habitantes.

Enquanto em 2024 o município contabilizou 53 óbitos entre janeiro e março, neste ano há apenas uma morte sob investigação para determinar se a causa foi dengue.

O gerente de Endemias, Rafael Teixeira, destacou que, apesar da queda significativa nos números, é essencial que a população mantenha os cuidados preventivos para evitar novos surtos da doença.

“A população precisa estar sempre atenta. Os casos continuam e só vamos combater a dengue se fizermos o básico todos os dias. É essencial manter a limpeza de calhas e caixas d’água e eliminar qualquer recipiente que possa acumular água parada”, reforçou Rafael.

Crédito Consignado CLT atrai milhares de brasileiros e já tem adesão em Anápolis

Nova modalidade de empréstimo tem juros reduzidos e pagamento direto na folha salarial

LARA DUARTE

O novo crédito consignado para trabalhadores com carteira assinada, batizado de Crédito do Trabalhador, entrou em vigor na última sexta-feira (21) e já se tornou um sucesso entre os brasileiros. Desde a liberação da modalidade, mais de 5,6 milhões de trabalhadores solicitaram propostas de empréstimo, totalizando R\$ 50,3 bilhões em pedidos, segundo dados da Dataprev. Em Anápolis, trabalhadores como Jean Batista, que atua no regime CLT, já aderiram ao crédito.

O Crédito do Trabalhador pode ser solicitado pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital) desde o dia 21 de março. A partir de 25 de abril, os bancos credenciados também poderão oferecer a linha de crédito diretamente em suas plataformas digitais, facilitando ainda mais o acesso dos trabalhadores ao empréstimo.

A modalidade funciona de maneira similar ao crédito consignado já conhecido entre aposentados e servidores públicos. As parcelas do empréstimo são descontadas diretamente na folha de pagamento, garantindo menores taxas de juros em relação ao cartão de crédito e ao cheque especial. A margem consignável é de 35% do salário bruto, o que significa que um trabalhador que recebe R\$ 2.585 pode comprometer até R\$ 901 mensais com esse tipo de crédito.

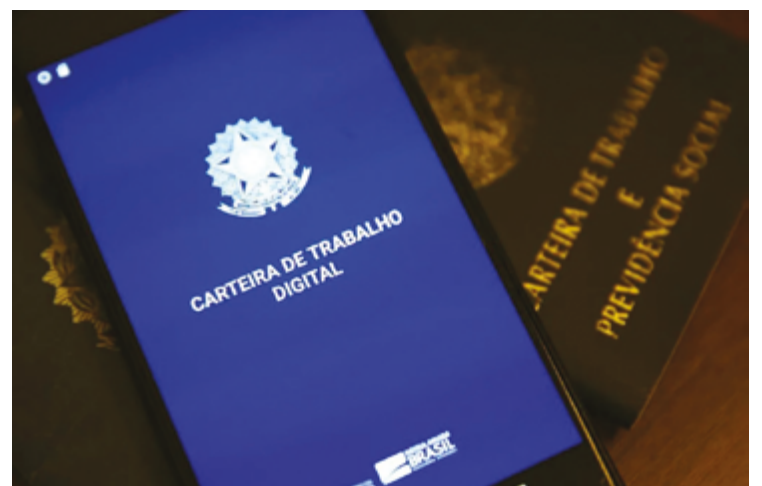
A principal novidade do programa é a inclusão de profissionais do setor privado, abrangendo também trabalhadores rurais, empregados domésticos e Microempreendedores Individuais (MEIs). O crédito foi lançado a partir de uma Medida Provisória (MP) assinada pelo governo Lula em um momento de baixa popularidade do presidente.

Para Jean Batista, a experiência foi tranquila. “Fiz

tudo pelo aplicativo e foi aprovado rápido. Muitos bancos mandaram proposta, mas o mais viável foi o da Caixa”, contou. Ele também destacou a vantagem dos juros reduzidos: “Já tentei cartão de crédito e empréstimo pessoal, mas os juros eram muito altos. Gostei do consignado porque tem opção de vários bancos e dá para escolher a melhor para a gente”.

O economista Alexandre Espírito Santo, em entrevista à CNN, afirmou que a alta demanda pelo crédito era esperada. “Juntou a fome com a vontade de comer. O mercado de crédito está aquecido há algum tempo, o que impulsiona o PIB. Além de ser uma condição vantajosa, é mais prática, pois o desconto ocorre direto no contracheque”, explicou.

Apesar das vantagens, o anapolino alertou para a necessidade de planejamento. “Se a pessoa tiver certeza de que pode pagar sem apertar, eu recomendo.



O Crédito do Trabalhador pode ser solicitado pelo aplicativo da Carteira de Trabalho Digital (CTPS Digital) desde o dia 21 de março

Mas tem que planejar direitinho”, aconselhou Jean Batista.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, também reforçou a importância da cautela na contra-

tação do crédito, recomendando que os trabalhadores analisem as propostas com calma. “O trabalhador precisa ter cautela, calma para analisar a melhor proposta”, disse.

UFV YUMA ENERGIA 3 LTDA - UFV ANAPOLIS, CNPJ nº 45.538.085/0001-02 torna público que requereu à Prefeitura Municipal de Anápolis, por Meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a **renovação de sua Licença Ambiental de Funcionamento nº 107/2025 Processo nº 01120.00001808/2024-13, até a data 14/03/2029, para geração de energia solar fotovoltaica com potência de 2,5 MW.** A UFV Anápolis localizada na Fazenda Três Pontas zona rural de Anápolis - GO.

HISTÓRICO PRÓ-GALO

Vantagem de dois gols jamais foi revertida na final do Goianão

Com vitória por 2 a 0 no Jonas Duarte, Galo da Comarca fica perto do título estadual; retrospecto aponta que nenhum time reverteu esse placar em decisões do Campeonato Goiano

JANAYNA CARVALHO

A vantagem aberta pelo Anápolis neste domingo (23), diante do Vila Nova, colocou o time muito perto do título, de acordo com as estatísticas do Campeonato Goiano. O placar de 2 a 0 nunca foi revertido numa final de Goianão de dois jogos, histórico que o Galo da Comarca espera fazer valer no próximo domingo (30), no duelo de volta, no Serra Dourada.

Embora o futebol seja um terreno fértil para reviravoltas, as estatísticas evidenciam a dificuldade de superar essa margem em decisões estaduais. Um dos exemplos mais emblemáticos ocorreu em 2023, quando o Atlético-GO venceu o primeiro jogo da final por 2 a 0 contra o Goiás. No duelo de volta, o time esmeraldino devolveu o placar, mas a decisão acabou nos pênaltis, com o Atlético-GO garantindo o título.

Em outra ocasião, na final de 2009, o Goiás conseguiu superar uma derrota por 2 a 1 no jogo de ida contra o próprio Atlético-GO, vencendo a volta por 2 a 0 e ficando com a taça. No entanto, nesses cenários, a virada total do placar agregado foi alcançada com diferenças menores ou somente através das penalidades.

Diante do desafio, o presidente do Vila Nova, Hugo Jorge Bravo, admitiu as dificuldades, mas garantiu que a equipe ainda está viva na disputa. "Seguimos muito vivos na competição e estamos pedindo o voto de confiança do torcedor. Vamos lotar o Serra Dourada e, se não lotar, vai quem está com energia e ainda acreditando", afirmou. A decisão será no próximo domingo, 30 de março, às 17 horas, no Serra Dourada. Para conquistar o título no tempo normal, o Vila precisará de uma vitória por três gols de diferença. Se



O placar de 2 a 0 nunca foi revertido numa final de Goianão de dois jogos

devolver os 2 a 0, a definição irá para os pênaltis.

Com a vantagem consolidada e a história a seu favor, o Anápolis está muito próximo de um título histórico.

O Vila Nova, por sua vez, se vê diante da missão de quebrar um tabu e reescrever os registros do Campeonato Goiano. A finalíssima promete fortes emoções e po-

derá trazer o Bicampeonato para o Galo da comarca e registrar na história do futebol 2 títulos para a cidade de Anápolis em cima do Tigre em cinco anos.

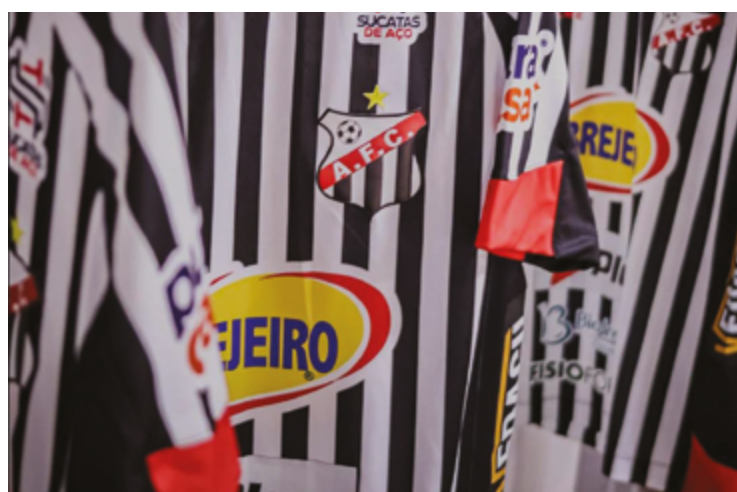
Procura por camisas do Anápolis crescem com campanha histórica no Goianão

Procura pelos uniformes do Galo da Comarca bate recordes, com reposições constantes para atender ao crescente número de fãs que buscam vestir as cores do clube nesta temporada

JANAYNA CARVALHO

A temporada 2025 do Anápolis Futebol Clube está sendo marcada por um grande engajamento da torcida, e isso se reflete diretamente na procura pelos uniformes oficiais do clube. Desde a pré-temporada, a demanda por camisas tem sido alta, especialmente após o evento de lançamento dos modelos listrado e de goleiro, que encantaram os torcedores e aumentaram ainda mais o desejo de vestir as cores do Galo da Comarca.

A diretora social e do futebol feminino do Anápolis, Vera Mota, comentou sobre o momento positivo vivido pelo clube em relação às vendas. "A procura tem sido grande desde a pré-temporada. A partir do evento de lançamento dos uniformes



a demanda por camisas tem sido alta, especialmente após o evento de lançamento dos modelos listrado e de goleiro

listrado e de goleiro, há uma procura constante pelas peças", disse Vera, destacando que a equipe tem se esforçado para atender à alta demanda, realizando reposições frequentes no estoque. "Já fizemos várias reposições, pois a demanda tem sido alta com relação a todos os modelos. Para evi-

tar falta de camisas, o clube tem buscado a reposição do estoque para atender aos tricolores", completou.

A procura por camisas não vem de um público específico. A torcida do Anápolis está renovada e diversificada. "Há uma mescla de gerações. Tanto os novos torcedores, jovens, crian-

ças e adolescentes, como adultos e torcedores mais antigos. Isso mostra que estamos conseguindo fidelizar nosso público e conquistar novos fãs", afirmou Vera Mota. A variedade de modelos também contribui para o sucesso das vendas, atendendo a diferentes gostos e preferências dos torcedores.

Com a grande procura, a diretoria do Anápolis vê nesse cenário uma oportunidade única para fortalecer a marca do clube. "As boas campanhas das últimas temporadas são fruto de uma gestão consciente e financeiramente responsável. Estamos aproveitando esse momento para fortalecer a nossa marca e engajar ainda mais os nossos torcedores. O departamento de marketing tem trabalhado junto a parceiros para po-

tencializar as marcas e símbolos do Galo da Comarca", ressaltou a diretora.

Embora haja rumores sobre a possibilidade de lançamentos de modelos especiais ou edições limitadas caso o time conquiste o título do Campeonato Goiano, o clube prefere não se adiantar sobre o assunto. "Sobre modelos especiais e temáticas do tipo, o clube não irá comentar neste momento. Semana decisiva e de foco total na partida final", afirmou Vera, destacando a atenção total no jogo decisivo que se aproxima.

Para quem deseja adquirir as camisas oficiais do Anápolis, as vendas podem ser realizadas exclusivamente na loja física do clube, localizada no Centro de Treinamento Alto da Boa Vista.